



ANEXO I – JUSTIFICATIVAS

1. Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos serviços de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR que versa sobre o processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em Sistema de Registro de Preços – SRP – com critério de julgamento de Maior Desconto - nos termos do Art. 54 Lei nº 13.303/16, e Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU -, visando a contratação dos serviços que correspondem a importância de R\$37.432,54 (trinte e sete mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) para 01 (uma) Unidade do "SISTEMINHA" - Sistema Integrado para Produção de Alimentos e de R\$2.620.277,80 (dois milhões, seiscentos e vinte mil, duzentos e setenta e sete reais e oitenta centavos) para a implantação de 70 (setenta) unidades. Preços coletados no mercado de Petrolina/PE e região, internet, tabelas de referência oficiais (SINAPI, ORSE e SEINFRA) não desonerados, tendo como referência o mês de fevereiro de 2024, incluindo BDI, encargos sociais, taxas, impostos emolumentos, conforme especificações e indicados em planilha orçamentária do Anexo II.

2. Da necessidade da contratação:

As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir sua dependência econômica de atividades produtivas não rurais ou mesmo de verbas governamentais, as quais muitas vezes não são suficientes para evitar o colapso das atividades produtivas rurais, sobretudo na agropecuária, acabando por impedir a fixação do homem no campo e provocando a migração da população para as cidades.

Apesar do esforço contínuo e investimentos do poder público, a insegurança alimentar ainda é uma realidade cruel que atinge em cheio a população rural do semiárido brasileiro. A fome é um fantasma que assombra o homem do campo, lhes tirando o bem-estar, a saúde física e mental e sobretudo a dignidade. Os índices são alarmantes e mostram que a fome nos estados do Nordeste atinge entre 20 a 50% dos domicílios.

A CODEVASF vem ao longo dos últimos anos investindo pesado em setores produtivos como a estruturação das cadeias produtivas da fruticultura, horticultura, apicultura, caprinovinocultura, bovinocultura, aquicultura, avicultura, a economia criativa e agricultura familiar, em diversas regiões do semiárido pernambucano. A nova forma de atuar junto ao homem do campo vem propiciando a geração de inúmeros postos de trabalho, possibilita a permanência do homem no campo, sendo considerada de grande importância para o desenvolvimento regional, pois apresenta alternativas de ocupação e renda para o produtor rural, além de garantir segurança alimentar.

Predominantemente as comunidades inseridas na área de atuação da CODEVASF tem trabalhado para fortalecer as atividades e gerar ocupação e melhorias econômicas onde mais precisa.



Nesse contexto, a ideia é que a implantação do SISTEMINHA possa criar condições para o desenvolvimento sustentável das potencialidades das comunidades beneficiadas, gerando meios e possibilidades de incremento à economia das famílias locais, se consolidando como uma tecnologia eficiente de combate à fome a partir do uso de recursos existentes em seu entorno com um pequeno investimento, gerando um processo de produção cíclico e continuado de alimentos, permitindo a formação de arranjos produtivos que respeitam as tradições, a capacidade de absorção de novas tecnologias pelas famílias assistidas, proporcionando a elas a flexibilidade de adaptar, incorporar e produzir o que lhes for prioritário às suas necessidades alimentares, de acordo com a realidade de cada unidade familiar.

3. Regime de Contratação - Empreitada por Preço Unitário:

A implantação do SISTEMINHA para a produção cíclica e continuada de alimentos em unidades familiares é a repetição da unidade implantada por pesquisadores no Espaço Plural da UNIVASF, campus de Juazeiro/BA e na Unidade Demonstrativa da EMBRAPA Meio Norte/PI. O que se pretende neste processo é promover a difusão desta tecnologia de produção sustentável de alimentos em comunidades rurais dos municípios do semiárido pernambucano com potencialidade o desenvolvimento de cadeias produtivas da fruticultura, horticultura, apicultura, caprinovinocultura, bovinocultura, aquicultura, avicultura, a economia criativa e agricultura familiar.

Levando-se em consideração esta particularidade, associado ao fato dos quantitativos da planilha orçamentária haver espelhado os valores considerados e registrados nas planilhas de insumos e serviços fornecidas por pesquisadores da UNIVASF, campus de Juazeiro/BA, como também os croquis arquitetônicos, manuais e documentações técnicas disponibilizados, onde orientam a execução dos serviços de implantação das unidades do SISTEMINHA para a produção cíclica e sustentável de alimentos em unidades familiares, tendo sido incluindo todos os insumos e serviços literalmente utilizados no processo que serviu de base para implantação da unidade experimental no Espaço Plural da UNIVASF em Juazeiro/BA.

Esses fatos são indicativos de que não resta muitos obstáculos que possa vir a dificultar a utilização do regime de execução semi-integrada, o qual é disposto no art. 42, § 4º da Lei 13.303/16, que declara:

“Art 42 § 4º No caso de licitação de serviços, às empresas públicas e as sociedades de economia mista abrangidas por esta Lei deverão utilizar a contratação semi-integrada, prevista no inciso V do caput, cabendo a elas a elaboração ou a contratação do projeto básico antes da licitação de que trata este parágrafo, podendo ser utilizadas outras modalidades previstas nos incisos do caput deste artigo, desde que essa opção seja devidamente justificada”.

O serviço proposto é uma repetição de uma ação já realizada, mesmo que para fins de pesquisa, com o mesmo modelo consagrado igual ou bem semelhante, fato que dá um maior nível de conhecimento dos procedimentos a serem adotados, e eleva o nível de detalhamento do projeto. Apesar que os serviços serão executados em cidades distintas, não existem parcelas consideráveis de serviços que trate de escavação e movimento de terra, existindo assim pouco ou nenhum grau de incerteza na definição dos quantitativos que tenha alguma relação com escavação em solos diferentes categorias.

Finalmente para uma maior segurança administrativa e jurídica, pagar pelo que foi efetivamente executado e medido é uma forma justa de realizar negócio, logo este regime de contratação apresenta-se como sendo o mais apropriado para o objeto da licitação, pois serão pagos somente



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

Por tudo o que foi anteriormente apresentado optou-se por adotar o regime de contratação por **Empreitada por Preços Unitários, com pagamento de preço certo de unidades determinadas**, logo o pagamento será feito com base nas medições das unidades efetivamente executadas.

4. Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo superaram o ano vigente de 2024, conforme consta do Termo de Referência, mesmo assim a previsão de recursos orçamentários apresenta-se compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado. § 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

5. Desapropriação:

Como os serviços referente a implantação do SISTEMINHA para a produção de alimentos em unidades familiares em municípios do semiárido pernambucano, ocorrerá em parceria com organizações sociais, cooperativa e sindicatos de trabalhadores rurais, ocupando uma pequena área da propriedade do beneficiado, não há que se falar de desapropriação, tendo em vista que a unidade de produção de alimentos será implantada em terreno dos beneficiados e se destinarão a atender a apenas uma unidade familiar. Logo, não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração de projeto de desapropriação.

6. Critério de Julgamento:

Na busca de minorar a possibilidade de possível “jogo de planilha” por parte das concorrentes, optou-se pela adoção do critério de julgamento das propostas tomando como base o Maior Desconto, de acordo com o Art. 54 da Lei n.º 13.303/2016.

Art. 54. Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor combinação de técnica e preço;

IV - melhor técnica;

V - melhor conteúdo artístico;

VI - maior oferta de preço;

VII - maior retorno econômico;



VIII - melhor destinação de bens alienados.

7. Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo. Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

8. Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço (OS) que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

9. Qualificação Técnica:

Os itens, que compõe a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR, foram selecionados conforme a sua influência na execução do serviço necessários para a implantação do SISTEMINHA para a produção de alimentos em unidades familiares em municípios do semiárido pernambucano. Muito embora alguns itens não sejam os mais caros, logo não sendo detectados pela curva ABC, são serviços com capacidade de implantar a realização dos serviços, devido sua relevância contextual e complexidade de execução e qualificação técnica exigida para sua realização.

Assim, as exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

10. Orçamento Público/Aberto:

A definição pelo orçamento público tem embasamento no Acórdão TCU nº 1502/2018 – Plenário. O referido instrumento é preciso quanto à obrigatoriedade de divulgação dos preços de referência em editais de licitação quando forem utilizados como critério de aceitabilidade das propostas, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

11. Da não admissão de subcontratação:

Objeto a ser licitado caracteriza-se como sendo um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresa que atuem na área, não havendo necessidade de subcontratação.



12. Da não participação da empresa sobre a forma de Consórcios:

Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigação de diferentes especialidades ou passível de divisão, Portanto, a participação sob o regime de consorcio não é justificada. Acrescenta-se ainda ser dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado.

13. Da não Participação de Cooperativa:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia aos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.

Outra questão que limita a participação da cooperativa na licitação é a forma como ocorre a tributação dos serviços, fato que pode, em tese, comprometer a competitividades com as outras pessoas jurídicas que seriam tributadas pela prestação dos serviços, no que tange os encargos sociais sobre os serviços necessários à implantação do SISTEMINHA para a produção de alimentos em unidades familiares, podendo, em tese, gerar questões trabalhistas para a administração.

Finalmente deve ser destacada a Súmula 281 do TCU, que ainda não foi revogada, indica ser “vedada a participação de cooperativista em licitações quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade” (Súmula 281, aprovada pelo Acórdão TCU 1.789/2012 - Plenário, de 11 de julho de 2012).

14. Do serviço comum:

Esclarecemos que o objeto desta licitação, “Execução dos serviços e fornecimento de materiais, equipamentos e implementos relativos à implantação de 70 unidades do "SISTEMINHA" - Sistema Integrado para Produção de Alimentos - em comunidades rurais difusas localizadas em municípios da área de atuação da CODEVASF no estado de Pernambuco”, é qualificado como SERVIÇO DE ENGENHARIA COMUM, com perfil executivo típico, padronizável e objetivamente definido, conforme especificações usuais de mercado e por isso, elegeu-se a modalidade de “Pregão Eletrônico” com Sistema de Registro de Preços – SRP como forma de contratação.

15. Da adoção Sistema de Registro de Preços (SRP):

Este item pretende indicar os motivos que levaram a optar pela escolha da opção de realizar a licitação por Sistema de Registro de Preços (SRP). Para tanto tomou-se como base as fundamentações legais previstas no art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013, vigente, segundo a qual o SRP poderá ser usado nas seguintes hipóteses:

- i. Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- ii. Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

- iii. Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
- iv. Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Tomando como fundamento esta legislação optou-se pela aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, que foi determinada pela necessidade regular de aquisição do serviço especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura dos municípios inseridos na área de atuação da CODEVASF no estado de Pernambuco.

Nestes termos e de acordo com as características dos serviços necessários a implantação do SISTEMINHA para a produção de alimentos em unidades familiares, que já foram implantados por UNIVASF e EMBRAPA sendo, portanto, um serviço com repetibilidade, pois o projeto é o mesmo ou similares, daí a ideia que as ações sejam semelhantes.

Quanto a celeridade da ação deve-se a aproximação do novo ciclo chuvoso na região do sertão pernambucano, de forma que existe em certa medida uma determinada urgência na realização desta contratação, a qual, deverá ficar pronta antes da conclusão do período de estiagem, pois em caso contrário se perderia dois ciclos climáticos.

16. Da não de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

Quanto à possibilidade de motivação da dispensa da divulgação da intenção de registro de preços (IRP), por parte de órgão gerenciador, o Advogado da União, Ronny Charles, indica que:

O Decreto federal nº 7.892/2013 previu expressamente o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, para a divulgação dos procedimentos licitatórios iniciados com a utilização do SRP, ainda na fase interna, para que os demais órgãos e entidades possam ter conhecimento da futura licitação, unindo sua pretensão contratual ao certame gestado e tornando-se um órgão participante. Nos termos do regulamento, a divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada, pelo órgão gerenciador. Diversos motivos podem justificar a não divulgação da intenção de registro de preços, entre eles: necessidade de conclusão célere do procedimento; especificidade da contratação; dificuldades operacionais; experiências anteriores negativas com o uso do IRP, entre outros. O regulamento optou por não limitar as justificativas possíveis, atitude foi correta, pois situações concretas podem tornar inadequado ou inconveniente este procedimento”

Em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).



17. Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico considerando que se trata de bens comuns, serviços comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art.1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002.

A técnica envolvida na execução dos serviços objeto desta licitação é conhecido no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme constadas Especificações Técnicas que integrarão o Termo de Referência (TR), planilhas de quantidades e preços máximos.

Nesta modalidade de licitação o essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento ou dos serviços sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido, para tanto procurou-se instruir o Termo de Referência e Especificações Técnicas de forma a definirem de maneira criteriosa e objetiva o escopo dos serviços que serão contratados.

Modalidade Licitação eletrônica facilita a participação de um maior contingente de licitantes, neste certame será adotado o critério de julgamento de **Maior Desconto** - nos termos do Art. 54 Lei nº13.303/16, e Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU - visando a contratação da execução dos serviços e fornecimento de materiais, equipamentos e implementos relativos à implantação de 70 unidades do "SISTEMINHA" - Sistema Integrado para Produção de Alimentos - em comunidades rurais difusas localizadas em municípios da área de atuação da CODEVASF no estado de Pernambuco.

18. Justificativas:

O processo licitatório se justifica por se tratar de empreendimento de interesse público, que busca fomentar e a promoção do fortalecimento e qualificação de atividades produtivas rurais, ligados a APL das cadeias produtivas da fruticultura, horticultura, apicultura, caprinovinocultura, bovinocultura, aquicultura, avicultura, a economia criativa e agricultura familiar, atividades desenvolvidas por comunidades carentes em diferentes municípios das microrregiões do sertão de Pernambuco, todas inseridas na área de atuação da CODEVASF.

Estas atividades fazem parte do plano de atuação desenvolvido pela CODEVASF voltado para as APL'S. Neste processo, a companhia vem promovendo ações de qualificação, incentivo e apoio das cadeias produtivas, bem como a estruturação das atividades típicas e tradicionais praticadas por associações e comunidades, possibilitando sua organização em Arranjos Produtivos Locais – APL's.

Estas APL's devem ser entendidos como atividades culturais e econômicas, que vem sendo praticadas por um contingente significativo de individuais, na forma de empreendimento, em um determinado território, sendo portanto sua atividade produtiva predominante, o que se adequa aos casos dos municípios do semiárido pernambucano, regiões onde a cadeias produtivas da fruticultura, horticultura, apicultura, caprinovinocultura, bovinocultura, aquicultura, avicultura, a economia criativa e agricultura familiar são atividades primordiais para a economia produtiva dos pequenos criadores e agricultores da região. Logo, a qualificação da APL se caracteriza como sendo uma intervenção de extremamente necessária, e ela se realizará mediante à implementação dos serviços objeto da presente licitação, que é a implantação do SISTEMINHA para a produção de alimentos em unidades familiares.



19. Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:

A adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, publicidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando, no caso concreto, a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas.

A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

20. Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas e estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

21. Visita:

Em consonância com as recomendações do TCU - Acórdão 1955/2014 Plenário - **não será exigida** a visita ao local de realização dos serviços. Porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um responsável técnico, indicado pela licitante, ou de seu representante legal, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

22. Divulgação do valor orçado:

Divulgado: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Por sua vez a não adoção do orçamento sigiloso, também está fundamentada no art. 25 do Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012, por não se tratar de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País; III – prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; IV - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; V – oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; VI - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas; VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional, observado o disposto no inciso II do caput do art. 6º; VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou IX - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações. Elegeram-se pela divulgação do valor máximo aceitável para a contratação, bem como pelo modo de disputa aberto. Nestes termos, os valores totais abaixo apresentado são os estimados para execução dos serviços necessários a implantação do SISTEMINHA para a produção de alimentos em unidades familiares.

Finalmente destaca-se que a execução do serviço foi estimada pelo valor máximo foi de no máximo **R\$37.432,54 (trinte e sete mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e quatro centavos)** para 01 (uma) Unidade do "SISTEMINHA" - Sistema Integrado para Produção de Alimentos e de **R\$2.620.277,80 (dois milhões, seiscentos e vinte mil, duzentos e setenta e sete reais e oitenta centavos)** para a implantação de 70 (cento e trinta e quatro) unidades. Preços coletados no mercado de Petrolina/PE e região, internet, tabelas de referência oficiais (SINAPI, ORSE e SEINFRA) não desonerados, tendo como referência o mês de fevereiro de 2024, incluindo BDI, encargos sociais, taxas, impostos emolumentos, conforme especificações e indicados em planilha orçamentária do Anexo II.

Petrolina - PE, 21 de fevereiro de 2024.

Ivonaldo de Sousa Lacerda

Analista em Desenvolvimento Regional
3ª GRR/UDT

DE ACORDO:

Felipe Eduardo Soares de Andrade

Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 3ª GRR/UDT

Gildemar de Oliveira Santos

Analista em Desenvolvimento Regional
Gerente da 3ª GRR

Edilázio Wanderley de Lima Filho

Superintendente Regional 3ª SR